

DESCOLONIZAR O URBANO PARA VER O “OUTRO”:

Ideologias, imagens e a invisibilidade indígena nas cidades médias

Jesus Marmanillo **Pereira**¹

Introdução

A bruzundanga, como sabem, fica nas zonas tropical e subtropical, mas a estética da escola pedia que eles se vestissem com pele de urso, de renas, de martas e raposas árticas. É um vestuário barato para os samoiedas autênticos, mas caríssimo para os seus parentes literários dos trópicos. Estes, porém, crentes na eficácia da vestimenta para a criação artística, morrem de fome, mas vestem-se à moda da Sibéria (Barreto, 2009: 23).

Com muita ironia, a citação extraída do livro “Os Bruzundangas” (1922), de Lima Barreto, nos traz a descrição satírica dos poetas bruzundangueses em suas atitudes e crenças na superioridade de uma Escola Samoieda de literatura– uma escola cuja poética e estética foram inspiradas pelas margens do glacial ártico. Com bastante atualidade, esse autor do século passado é nosso ponto de partida para pensarmos a descolonização do pensamento, a invisibilidade do outro e para refletirmos sobre como alguns termos nativos – comuns na Antropologia e na Sociologia brasileiras– podem auxiliar na reprodução de ideologias que obscurecem a capacidade de observação e produção do fazer etnográfico nas cidades.

Assim, orientamo-nos pela hipótese de que a descolonização da ideia de urbano constitua um passo fundamental para compreender como nossas Ciências Sociais têm dialogado tanto com os parâmetros da modernidade, quanto com algumas situações específicas de nosso país. Dessa forma, consideramos as tendências de homogeneização dos contextos citadinos (Ribeiro, 1995; Diogenes, 1998), tomando-as como parâmetro para recortar e refletir sobre a situação indígena nas cidades de Boa Vista (RR), Rorainópolis (RR), Macapá (AP), Imperatriz (MA) e Campo Grande (MS).

Uma característica interessante desses locais é que, sendo cotidianamente comparados com grandes metrópoles e capitais do litoral, eles costumam ser interpretados como locais distantes e diferentes, o que já os coloca em posição hierárquica determinada (no senso comum) em relação ao conjunto de cidades do

¹ Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Brasil.²

Considerando autores como Ribeiro (1995), Oliven (1980), Escobar (2005), Castro-Gomes (2005), Mendoza (2009), Rocha e Eckert (2013) e outros, verificamos como a ideia de cidade moderna, atrelada ao progresso e ao desenvolvimento econômico, manifestou-se em processos de padronização que entram em choque direto com a heterogeneidade das populações indígenas. Veremos que os termos “cidade” e “urbano” necessitam de problematização, já que trazem consigo percepções e imagens que sinalizam relações de poder e de hierarquização. Nesse sentido, presente narrativa está organizada em três tópicos: nos dois primeiros, são expostas reflexões sobre os termos nativos “moderno”, “rural”, “*folk*”, “urbano” e “tradicional”, em importantes autores do pensamento social brasileiro e no âmbito da recepção da Escola de Chicago em São Paulo. No terceiro tópico, será demonstrado como, na prática, os discursos hierarquizantes sinalizam a negação da presença indígena nas cidades e refutam outras possibilidades de pensar o urbano.

Como fontes de pesquisa, além de observação direta e de vivência cotidiana nos locais³, foram utilizados um conjunto de fontes composto por oito fotografias e seis vídeos, bibliografias afins e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tais dados foram trabalhados segundo os métodos da “imaginação sociológica” (Martins, 2014) e da *topoanálise* (Bachelard, 2005), possibilitando assim a articulação dos dados com os domínios das experiências cotidianas, da memória e da exploração dos possíveis significados e características políticas, sociais e históricas das imagens e discursos.

A praça venceu o engenho: categorias nativas, hierarquizações e relações de poder nos estudos urbanos

Darcy Ribeiro, no clássico “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil” (1995), discorre sobre um país que nasceu urbano nas áreas litorâneas delimitadas pelo Atlântico e que, a partir do terceiro século, expandiu-se para o interior. Uma expansão materializada na formação de diversas cidades diretamente relacionadas com

² Recordo-me que, quando nos mudamos de Aracaju (SE) para São Luís (MA), meus colegas comentaram sobre a distância do lugar. Quando fomos do Maranhão para Roraima, ocorreram os mesmos comentários,

que sinalizam um processo de classificação, o qual toma como parâmetro a própria referência espacial de quem classifica, e não as necessidades e especificidades dos locais analisados. Em resposta, costumávamos brincar e questionar: “Distante em relação a que? São locais próximos da Região Amazônica, próximos da Venezuela...”

³ As observações foram realizadas em três semanas de permanência na cidade de Campo Grande; quatro dias em Macapá; seis meses em Rorainópolis; onze meses em Boa Vista; além da experiência cotidiana na cidade de Imperatriz-MA, local onde residimos atualmente.

determinadas funções políticas e com características econômicas vinculadas às produções de açúcar, ouro, algodão e outros produtos. Exemplificando, o autor enfatiza que, entre 1920 e 1960, houve um aumento de seis para trinta e uma cidades na composição das redes metropolitanas do país e destaca que, no mesmo período, ocorreu o surgimento de uma centena de cidades pequenas e médias, consolidando outros centros regionais espalhados pelo Brasil.

Nesse viés interpretativo, compreender a cidade equivale ao entendimento da própria formação social e histórica do país. Foi nesse contexto de expansão urbana que a frase “A praça venceu o engenho, mas aos poucos. Quase sempre respeitando nos vencidos umas tantas virtudes e gabolices, procurando imitá-las; às vezes, romantizando-se e exagerando nessa imitação de inferiores por superiores” (Freyre, 2004: 135) se constitui da mesma lógica interpretativa reproduzida por Ribeiro (1995), pois traz um pensamento que trata o Brasil de acordo com uma suposta trilha da modernidade.

No nosso caso, a temporalidade moderna foi e ainda é sinônimo de urbano e industrial, em oposição ferrenha às ideias de rural, engenho e latifúndio. Exemplo recente disso é a pesquisa de Frehse (2011) a respeito das transformações de conduta dos pedestres nas ruas do Centro de São Paulo com o advento da modernidade. Modernidade essa pensada em termos de eventos que influenciaram as práticas das condutas urbanas, tais como a chegada de Dom João ao Rio de Janeiro, em 1808, e o primeiro cortejo fúnebre operário ocorrido, em São Paulo, em 1917, que reuniu milhares de trabalhadores.

Enfim, esse estudo narra uma “modernidade” que chegou via família real e estava vinculada à categoria de operário. Ao discorrer sobre essa modernidade, marcada pelo deslocamento do centro de produção econômica, social e política, alinha-se perfeitamente a observação de Freyre (2004) de que a “Praça venceu o engenho”. Queremos apontar com isso, que, embora não se tenha vivido a experiência feudal no Brasil, há um conjunto de autores cujos trabalhos possuem uma preocupação em apontar os impactos dessa modernidade (capitalista, holandesa, norte-americana, francesa, industrial e da República

Nova) sobre a diversidade étnica e cultural de um Brasil em formação, sobre as diferentes formas de organização da sociedade patriarcal na cidade e sobre as condutas urbanas.

Essa observação nos leva, diretamente, a questionar a compreensão de modernidade e as implicações desse entendimento sobre as análises de nossos contextos nacionais, ou seja, traz à tona a questão: Como seria possível pensar uma modernidade na América Latina e no Brasil, considerando nossa experiência colonial? Como se daria essa construção sócio-histórica de “modernidade”, quando permeada de um imaginário colonizador que transita entre práticas e comportamentos?

Esse raciocínio só pode ser compreendido dentro de uma lógica binária, pois, quando consideramos Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, Fraya Frehse e outros, verificamos claramente paradigma sociológico clássico que relaciona as abordagens micro e macro. Assim, notamos que suas análises foram erguidas, por um lado, sobre as relações das cidades com a estrutura territorial do país e com variáveis da economia mundial e, por outro, sobre os impactos dessa economia “moderna” na produção categórica de um “outro” papel urbano latino-americano. Assim, mesmo com toda boa intenção de encontrar uma especificidade nacional, ela aparece sempre como uma diferença, ou continuidade, de aspectos que só possuem sentido por meio da relação colônia-metrópole.

Apesar da diferença temporal, esse raciocínio pode ser notado nas obras: “Os parceiros do Rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida”, resultante da tese de Antonio Candido, defendida em 1954; e “A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo”, que foi uma tese defendida por Eunice Durham, em 1967. Segundo Oliven (2007), esses são estudos que tratam da transição tradicional-modernidade, os quais são importantes por tomar aspectos da dinâmica urbana em função de variáveis culturais do campo, da migração e de processos de mudança nas formas de organização social.

De modo geral, tais trabalhos nos possibilitam construir uma ideia de urbano a partir de um conjunto de fatores como: individualização do trabalho; reelaboração de perspectivas; introdução de novos hábitos; prestígios; organização familiar frente à cidade; e integração do camponês dentro de um sistema econômico e cultural de escala global. Dessa forma, pontos interessantes dessas análises são o deslocamento por diferentes espaços (rural-urbano) e a valorização dos contextos históricos marcados por diferentes

formas de trabalho e economia. Oliven (2007) destaca, ainda, que essas duas grandes obras, ao analisarem as transformações e transição da sociedade tradicional em sociedade urbana. Se apoiam, portanto, na ideia de *continuum folk-urbano* trabalhada por Robert Redfield.

Além de serem verificadas tais influências nas respectivas obras, o próprio Antonio Candido afirma que, graças ao livro “*The Folk culture of Yucatan*”, de Robert Redfield, lido sob a orientação de Emílio Willens, foram obtidas sugestões para compreender o *contínuo rural-urbano* e para focalizar certos aspectos da mudança de cultura nas sociedades rústicas (Candido, 2010). Assim como os dois primeiros clássicos da Antropologia focada na sociedade nacional citados anteriormente, a cidade também é pensada enquanto variável comparativa, inserida em um processo mais amplo de avanço do capitalismo e dos seus efeitos em termos de mudança cultural materializada nas diversas experiências vividas pelos indivíduos (migrantes).

Dessa forma, todos seguem a linha de que a cidade parece ser uma espécie de mediadora, responsável pela comunicação de fatores “externos”, nacionais e internacionais, com dinâmicas “internas”, que são observadas por meio de impactos e efeitos nas formas de organização social nos espaços urbanos. O *continuum* mais evidente nos autores analisados até então foi manifestado em uma forma de pensar altamente sustentada em modelos binários baseados nas classificações “moderno” e “tradicional”, “urbano” e “rural”, que não estão apartadas de discursos que compõem as narrativas das relações de poder.

Dentro dessa lógica, a ideia de que “A praça venceu o engenho” aponta, antes de tudo, uma relação de competição de perspectivas e formas de percepção da realidade social. cremos que a construção dessa “competição” e desse conflito, materializados fortemente na forma como a cidade tem sido pensada, possivelmente, é uma reminiscência das hierarquizações que compuseram as relações de poder entre as metrópoles e as colônias, assim como entre o “eu” e o “outro”.

Mesmo não podendo desenvolver tal argumento com maior profundidade, a permanência desses termos ao longo dos estudos urbanos no Brasil nos instiga a lançar algumas provocações: 1) Em que medida nossos estudos urbanos têm buscado se constituir

enquanto campo autônomo, frente às diversas influências e relações de poder existentes dentro e fora do âmbito acadêmico? 2) Não seria necessário problematizarmos as noções nativas – “urbano”, “rural”, “moderno”, “tradicional” – em um debate mais amplo?

Se pensarmos esses termos em relação aos estudos de Castro-Gomes (2005), é possível compreender essas noções nativas ancoradas em um imaginário colonial com forte viés ideológico. Ele argumenta que modelos binários como tradição e modernidade, comunidade e sociedade, mito e ciência, solidariedade orgânica e solidariedade mecânica, pobreza e desenvolvimento, entre outros, permearam totalmente os modelos analíticos das Ciências Sociais. Com uma forte crítica, esse autor explica que

[a]s ciências sociais funcionam estruturalmente como um “aparelho ideológico” que, das portas para dentro, legitimava[SIC] a exclusão e o disciplinamento daquelas pessoas que não se ajustavam aos perfis de subjetividade de que necessitava o Estado para implementar suas políticas de modernização; das portas para fora, por outro lado, as ciências sociais legitimavam a divisão internacional do trabalho e a desigualdade dos termos de troca e de comércio entre o centro e a periferia, ou seja, os grandes benefícios sociais e econômicos que as potências europeias obtinham do domínio sobre suas colônias. (Castro-gomes, 2005: 91)

Em relação ao campo autônomo das Ciências Sociais e, conseqüentemente, dos estudos urbanos, o autor deixa bem claro que, historicamente, essa área possuiu um papel legitimador de um perfil “moderno” e de uma hierarquização necessárias aos projetos econômicos e políticos da modernidade. Essa perspectiva nos possibilita compreender a observação de Freyre (2014), quando ressalta a imitação romantizada de inferiores (habitantes do engenho) por superiores (cidadãos das praças) como resultado de um processo mais amplo das Ciências Sociais em âmbito mundial e dos deslocamentos sociais e econômicos para os centros urbanos.

De cidade colonial a metrópole: os pioneiros norte-americanos dos estudos urbanos no Brasil

O homo academicus gosta do acabado. Como pintores acadêmicos, ele faz desaparecer de seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e os retoques: foi com certa ansiedade que descobri que pintores como Couture, o mestre de Manet, tinham deixado esboços magníficos, muito próximos da pintura impressionista – que se fez contra eles – e tinham muitas vezes estragado obras julgando dar-lhes os últimos retoques, exigidos pela moral do trabalho bem feito, bem acabado, de que a estética acadêmica era a expressão. (Bourdieu, 2004: 19)

A citação de Bourdieu ressalta a importância de problematizarmos modelos estéticos e determinadas morais que orientam a produção acadêmica. Tal operacionalização se configura como uma importante forma de romper obstáculos epistemológicos que travam a capacidade de pensamento. No contexto em que os termos nativos “moderno”, “tradicional”, “urbano” e “rural” alicerçaram grande parte dos estudos urbanos e foram naturalizados de forma tão certa e lógica como a operação matemática “dois mais dois são quatro”, é preciso compreender que essas noções estruturam um tipo de moral e de estética que coexistem com a própria formação das Ciências Sociais no Brasil.

Não custa dizer que, fortemente atrelados a grandes cidades como Chicago, Manchester e outros centros, os estudos urbanos foram sistematicamente difundidos no Brasil, a partir da década de 1940, por meio da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP-SP), espaço no qual Donald Pierson elaborou um ambiente propício para o desenvolvimento de uma série de pesquisas sob a égide da Escola de Chicago (Valladares, 2010; Eckert e Rocha, 2009).

Ao traçar as linhagens das relações orientador-orientando, é possível verificar que o início desse período foi estimulado pela presença de um conjunto de pesquisadores estrangeiros, naturalizados e de origem imigrante, cujas orientações teórico-metodológicas foram adaptadas aos problemas da capital paulista e de algumas cidades do interior do estado de São Paulo. Nesse âmbito, os estudos de Mendoza (2005) demonstram que autores como Lucila Hermann, Egon Schaden, Gioconda Mussolini, Mário Wagner Vieira da Cunha, Oracy Nogueira e Juarez Brandão Lopes tiveram como professores e orientadores nomes como: Roger Bastide, Emilio Willens, Hebert Baldus, Donald Pierson e outros que compunham os primeiros quadros docentes das ELSP-SP e Universidade de São Paulo(USP).

Para Candido (2005), esses professores estrangeiros ou naturalizados constituíram, naquela época, a primeira equipe de estudiosos especificamente preparados para os estudos sociológicos e antropológicos – “americanos, franceses, alemães que nos vieram trazer a cultura universitária no setor das ciências sociais” (CANDIDO, 2006, p.285). Dentre esses autores, Donald Pierson se destaca tanto nos estudos do pensamento social brasileiro quanto nos voltados para os problemas urbanos. Trata-se de um pesquisador

norte-americano, cujo trabalho é representativo dessa primeira geração de pesquisadores urbanos. Segundo Corrêa (1988), a docência e as pesquisas de Pierson indicam uma mudança de orientação metodológica e teórica que foi decisiva para os caminhos das Ciências Sociais no país. Mendoza (2005) destaca que uma das formas de treinamento profissional desenvolvido por Pierson ocorria por meio da ida de seus alunos para a Universidade de Chicago ou outras dos Estados Unidos da América, possibilitando a reprodução e a construção de uma forma de fazer pesquisas no Brasil. É possível ter ideia dessa dinâmica de trabalho por meio das palavras de Juarez Brandão Lopes, quando explica o seu processo de formação acadêmica:

Fui estudar na Universidade de Chicago em 1951, dois anos depois da minha formatura. Fiquei dois anos e meio em Chicago, até o fim de 1953. Chicago é o grande momento de minha formação. Foi com Donald Pierson que tive meu primeiro contato com as ideias da Sociologia de Chicago. A sensação que tive, no primeiro ano de Chicago, era que estava bebendo na fonte original. (Lopes, 2006: 97-98)

Com a formação marcada pelas contribuições de Donald Pierson e pela experiência em Chicago, esse pesquisador expressou todo o seu aprendizado em um estudo de fôlego de duas cidades industriais em Minas Gerais, resultando no livro

“Crise do Brasil Arcaico” e no convite para lecionar na Faculdade de Economia e Administração da USP, feito por Mario Wagner Vieira da Cunha que era seu exprofessor e também seguidor da Sociologia e da Antropologia de Chicago. (Lopes, Pessanha e Ramalho, 2012)

Para Eckert e Rocha (2009), o trabalho de Donald Pierson significou a influência direta da Escola de Chicago no Brasil, entre outras coisas, pelo fato de o referido professor ter sido aluno de Louis Wirth e Robert Park. Tal observação é bastante clara nos livros “Estudos de Ecologia Humana” e “Estudos de Organização Social” que, segundo o próprio estudioso, surgiram por causa da necessidade de materiais de estudo para a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, ministrada por ele. Trata-se de uma das primeiras organizações de traduções de autores como Georg Simmel, Louis Wirth Robert Ezdra Park, Ernest Burgess e outros, cujos métodos de investigação podem ser observados em uma série de autores brasileiros como Oracy Nogueira, Lucila Hermann e Emílio Willems.³

³ Professor alemão que também era da ELSP e seguidor de uma perspectiva teórica próxima.

Sobre as implicações dessas contribuições, Mendoza (2005) destaca os textos “Grupos sociais de Guaratinguetá” e “Estudo do desenvolvimento de São Paulo através da análise de uma radial: a estrada do café (1935)” que foram produzidos por Lucila Hermann, respectivamente, em 1938 e 1944. Discorre também sobre os seguintes materiais: “Enquistamentos étnicos”, de Oscar Araújo (1940); “Contribuição para uma sociologia da vizinhança”, de Emilio Willens (1941); “Habitações em São Paulo: um estudo comparativo”, de Donald Pierson (1942); “A história natural de uma rua suburbana”, de Frederico Heller (1943); “Subúrbio”, de Osvaldo Xidieh (1947); e “Distribuição residencial de operários de um estabelecimento empresarial de São Paulo”, de Oracy Nogueira (1940). De modo geral, o autor percebe que eles constituem etnografias urbanas que carregam o conceito de zonas concêntricas de Robert Park, a noção de vizinhança de Max Weber, os estudos ecológicos de R. McKenzie e os conceitos de assimilação e aculturação de Emilio Willens.

Tanto pelas palavras de Antonio Candido quanto pelas de Juarez Brandão, dois importantes intelectuais das Ciências Sociais no Brasil, não há dúvidas de que esse contexto paulista acabou se consagrando academicamente como o local dos pioneiros e daqueles que “beberam na fonte original”. Há, de fato, um esforço de pensar as metrópoles nacionais aos moldes dos parâmetros de Chicago; mas, mais que isso, para a primeira geração formada em São Paulo, era importante dizer que também tínhamos problemas de metrópole como guetos, violência, grupos operários e uma série de características trazidas pelas lentes pioneiras cujas pesquisas eram baseadas em realidades distintas. Sobre essas questões, o sociólogo José de Souza Martins explica:

Acho que houve uma brasilianização da sociologia brasileira. Isso tem pouco a ver com os chamados *brazilianists* e muito a ver com a **mentalidade, de certo modo colonizada**, de pesquisadores brasileiros que, no período mais recente, reduzem a interpretação do Brasil a parâmetros que este ou aquele grande sociólogo desenvolveu para compreender a sua própria sociedade. Isso faz com que, às vezes, nos compreendamos como improváveis versões nativas de franceses, alemães, americanos ou ingleses. Daí, não raro, uma certa cegueira em relação a temas relevantes para nós, e não necessariamente para eles, em relação ao que é singular e próprio da sociedade brasileira, e uma ênfase em temas que tem pouco a ver conosco e com o nosso momento [...] A chamada escola paulista de Sociologia é uma versão brasileira das Ciências Sociais americanas e européias- francesa e alemã, que foi ganhando corpo aqui, em função das singularidades da sociedade brasileira, dos nossos dilemas e da nossa história possível (Martins, 2006:137- 139, grifo nosso).

Bastante pertinente, a crítica de José de Souza Martins traz à tona um problema epistemológico em relação à atitude de observação e contextualização da teoria em relação ao campo empírico e até mesmo sobre a própria construção e importância do objeto. Em pensamento semelhante, Souza (2016) nota que o Brasil e seus intelectuais nunca se compararam a países como Bolívia, Guatemala, Argentina ou México, buscando obsessivamente comparações implícitas e explícitas com os Estados Unidos ou com o europeu moderno e racional, analisado por Weber.

É necessário ter cuidado para que a possibilidade de “beber direto na fonte” não limite a capacidade reflexiva e gere uma espécie de “*apriorismo teórico*”, explicado por Azevedo Amaral (1938) como um verdadeiro obstáculo para a observação das condições objetivas que constituem o cenário nacional. De forma irônica, ele esclarece a existência desse *apriorismo* tomando como exemplo o contexto da República Velha, quando intelectuais falavam em liberalismo, mesmo em um ambiente de forte política oligárquica e parasitária, no qual o governo comprava o excedente de café dos produtores.

Nessa mesma linha, Schwarz (1992) demonstra que as tendências liberais não correspondiam à realidade local, já que possuíamos uma escravidão que desmentia o industrialismo e o liberalismo europeus propagados nas terras tupiniquins, ou seja, as “idéias estavam fora do lugar”. Sobre isso, Ortiz (2012) enfatiza que a “cópia” e a absorção das reflexões estrangeiras são um problema recorrente na história da cultura nacional. Ele afirma: “Se levarmos em conta o testemunho de diferentes críticos do pensamento brasileiro, nos deparamos de imediato com a questão da imitação. Parece ter-se transformado em senso comum a tese do Brasil enquanto espaço imitativo”. (Ortiz, 2012: 27)

Longe de almejar “beber em uma fonte original” ou comparar São Paulo com Chicago ou com qualquer outra cidade (menor) de nosso país, buscando justificar a aplicação de determinados modelos, arriscamo-nos a dizer que é necessário a valorização de uma epistemologia da noção de urbano construída a partir de outros contextos e experiências e que sejam livres dos “*aprimorismos*”, dos “*continuuns*”, das fontes originais, das fontes secundárias e das categorias nativas etc.

Seguindo o raciocínio de Oliven (1980, 1980a), é possível pensar os termos nativos “moderno”, “tradicional”, “folk-urbano” e “*continuum*” como inseridos em uma ideologia

da modernização cuja função, entre outras, é a de justificar uma hierarquização entre adiantados e atrasados. Para esse autor, a “modernidade” tem sido caracterizada nas dimensões da sociedade e dos indivíduos por meio da comparação de certos indicadores e em termos de comportamentos e atitudes. Segundo ele:

Em ambos os casos, em que pesem as diferenças entre os autores, opera-se com dois conceitos dicotômicos – tradicional e moderno – que são considerados como extremos opostos de um contínuo. As sociedades, bem como os indivíduos são classificados em uma destas duas categorias ou são encaixados em escalas que variam de um maior grau de tradicionalismo até um grau maior de modernismo. (Oliveira, 1980: 32)

Para a nossa problematização sobre os termos nativos e da própria noção de urbano, o estudo desse autor é fundamental, quando enfatiza o contexto de hierarquização e as relações de poder imbricadas no termo modernidade. Diante disso, questionamos: Como pensar a cidade de acordo com terminologias que, entre outras coisas, hierarquizam e apontam interesses políticos e econômicos que estão para além do âmbito das preocupações locais de compreensão dos temas urbanos? Quem puder responder a essa questão provavelmente compreenderá o fascínio “moderno” pela cidade industrial, e não pela cidade antiga de Fustel de Coulanges (2001)⁴.

É desse modo provocativo que pensamos as seguintes questões: O que há de urbano além da “metrópole” e das noções nativas? Quais os sentidos da cidade e como esses se constroem localmente por meio das experiências cotidianas? A ideia é problematizar as noções mais básicas, buscando o exercício da vigilância epistemológica e a ruptura de obstáculos, cuja capacidade de gerar observações cegas e alheias aos contextos constitui a principal preocupação para o “fazer etnográfico”.

Para prosseguir, consideramos importante retomar o pensamento do antropólogo Darcy Ribeiro (1995) quando percebe que a urbanização no Brasil, embora tenha trazido consigo um aspecto homogeneizador e a criação de um modo de vida cidadão, não apagou, contudo, as alteridades provenientes de nossa composição social. Em linha semelhante, Oliveira (1980a) percebe que,

[e]mbora provavelmente haja uma tendência geral dos setores urbanos da sociedade brasileira de se tornarem culturalmente semelhantes, este processo afeta diferentemente classes sociais de diferentes modos. Poder-se-ia sugerir que estão

⁴ Se um dia os deuses e o fogo sagrado saíram de cada residência para se tornar o Deus da Cidade, o fogo sagrado e os deuses de hoje não surgem das bases, caem dos céus assim como suas definições sobre cidade, sociedade e indivíduos.

ocorrendo dois processos simultâneos e complementares em cidades brasileiras. Por um lado, a intensificação da acumulação capitalista industrial – processo que está na base da urbanização brasileira das últimas décadas – tende a homogeneizar todas as classes sociais naquelas áreas que estão mais próximas a atividades econômicas e interesses instrumentais e/ ou mais fortemente sujeitas a influências ideológicas. Por outro lado, entretanto, dado que esta mesma intensificação da acumulação capitalista diferencia os habitantes de cidades brasileiras de um modo essencialmente desigual e assimétrico, existe uma tendência oposta em direção à heterogeneidade das classes sociais, não só em termos econômicos, mas também naquelas áreas nas quais as classes baixas podem oferecer mais efetivamente resistência à difusão de orientações culturais padronizadas. (Oliven,1980a: 35)

Assim, as cidades podem ser vistas como um ponto de tensão entre tendências de homogeneização de práticas e condutas, por um lado, e características específicas, por outro. Ao observar a cidade por esse prisma, incorporam-se as principais críticas ao viés hierarquizador sobre o qual discorremos anteriormente. Isso porque essa perspectiva: 1) possibilita pensar o local a partir de sua história específica, e não como um dado a-histórico que deve ser inserido dentro de algum ponto do “*continuun*”; 2) considera os aspectos comunicacionais, pois as cidades não crescem isoladas, mas em redes, desenvolvendo assim o fluxo de informações entre elas; e 3) pensa tais formações a partir de atitudes e valores contextualizados nesse processo de tensão, e não a partir das “ideias fora do lugar”.

Não se trata, então, de tentar enquadrar tais experiências nos campos da modernidade, urbanidade e de todas as lógicas de *continuuns* e metrópoles importadas de teorias europeias e norte-americanas, mas de compreender que a complexidade urbana decorre do fato de a cidade constituir um ponto de convergência e de conexão entre o que há de mais homogenizador em termos de comportamento e uso da cidade, transmitido diariamente por uma série de informações difundidas pelos meios de comunicação aos quatro cantos do país e, ao mesmo tempo, no que há de mais local e específico, como cidades compostas por aldeias, quilombos e cuja história passa longe de uma trajetória industrial.

Para Oliven (1980), as abordagens sobre a cidade no Brasil têm sido desenvolvidas de três modos: como variável dependente, como variável contextual e como variável independente. No primeiro caso, a cidade é pensada como resultado de várias forças e causas econômicas, sociais e políticas que a tornam autoexplicativa e diversa, de acordo com as condições e circunstâncias necessárias. Nessa abordagem, o autor destaca Karl Max e Max Weber para quem as cidades eram entendidas como (pré) condição para o

capitalismo, como fruto da divisão do trabalho e do mercado. Já a compreensão da cidade enquanto variável contextual é atrelada ao interesse de analisar as influências que determinadas cidades podem ter sobre a vida social de seus habitantes. Na terceira abordagem, mais vinculada à Escola de Chicago, a cidade é vista como uma potência social capaz de gerar efeitos sociais. (Oliven, 1980)

Para a tarefa complexa de pensar as cidades do Oeste e do Norte do Brasil, é importante considerar que essas três abordagens podem ser orientadoras, na medida em que forem problematizadas em termos do “lugar das ideias”, ou seja, não se trata de pensar nossos casos seguindo a cartilha da modernidade analisada por Weber e Marx, ou do urbano de Chicago, mas de observar nossas cidades, primeiramente, por dentro e por fora; como produzidas e produtoras, de acordo com as especificidades de suas culturas e de suas histórias.

Nesse processo, adotamos como ponto de partida a estratégia de caminhar pela cidade, exercício básico para o desenvolvimento de uma etnografia de rua (Eckert e Rocha, 2003), a partir da experiência cotidiana: da observação das interações e situações que desenham a trama diária dos atores que (re) produzem e sinalizam a cidade como contexto, como resultante e também como influência.

Rumo ao Norte e ao Oeste: o moderno, o tradicional e a narrativa mitológica do progresso

Quando observamos as cidades de Rorainópolis e Boa Vista, no estado de Roraima; Imperatriz, que fica no Oeste do estado do Maranhão; e Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul, é praticamente impossível não considerar o processo de integração territorial do Brasil e algum tipo de atividade econômica ou militar relacionado ao histórico de formação desses locais. Campo Grande, segundo Moraes (1990), teve sua formação atrelada à produção de gado desenvolvida por migrantes mineiros por volta do final do século XIX e à integração da cidade à ferrovia Noroeste que ligava São Paulo (SP) a Corumbá-MS. Já Imperatriz, no estado do Maranhão, surge com o esforço das navegações pelo rio Tocantins, que partiam da cidade de Porto Nacional (TO) até Belém

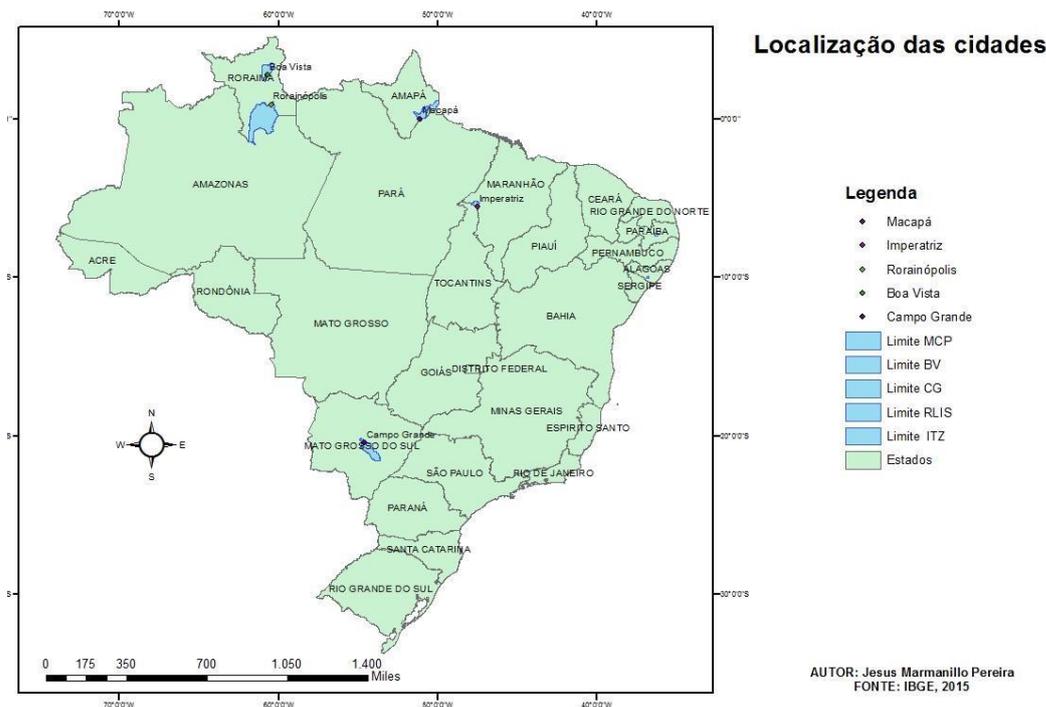
(PA), e se reafirma com a construção da rodovia BelémBrasília, BR – 101, durante a década de 1950 (Franklin, 2005; Noleto, 2012)⁵.

No caso de Macapá, Magalhães (2006) explica que a cidade surgiu como consequência da construção da Fortaleza São José de Macapá que sinalizava uma estratégia de ocupação e defesa desenvolvida pela Coroa Portuguesa para a conquista definitiva da Amazônia. Algo semelhante ocorreu no estado de Roraima com a construção da Fortaleza São Joaquim, a formação de aldeamentos indígenas (Farage, 1986) e a instauração da fazenda Boa Vista, pertencente ao capitão Inácio Lopes de Magalhães (Silva, 2009), associadas à origem da capital. Já Rorainópolis tem a sua origem relacionada a um assentamento promovido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ocorrido em 1995, que também está conectado com uma situação agrária mais ampla do país.

Além de poderem ser abordadas enquanto variáveis dependentes, tais cidades possuem em comum o fato de terem sido consideradas, em algum momento de sua história específica, como local de fronteira para o Oeste (Campo Grande e Imperatriz) e Norte (Macapá, Rorainópolis e Boa Vista). Por isso, são locais que apresentam composições sociais bem específicas (constituídas por indígenas, quilombos, migrantes, imigrantes etc.), que não poderiam ser encaixadas nas teorias focadas nas velhas dicotomias e *continuums*, sob pena de perderem uma riqueza sociológica e antropológica que necessita ser bastante explorada.

Essas cidades, apesar de serem capitais ou as segundas maiores cidades de seus estados (Imperatriz e Rorainópolis), não tiveram sua formação diretamente relacionada aos processos industriais da modernidade.

⁵ No caso de Campo Grande e Imperatriz a narrativa esta diretamente ancorada na ideia de “progresso” e “modernidade” associada ao fato das estradas de ferro e rodovias adentrarem territórios antes dominados pela natureza. No caso do historiador Adalberto Franklin, verificamos que seu livro narra a cidade com uma preocupação de buscar subsídios históricos sobre a economia de Imperatriz, percebendo-a como resultado de uma sequência de ciclos econômicos desenvolvidos de acordo com a exploração dos recursos naturais. Nos casos das outras, trata-se de projetos estatais influenciando nos processos de concentração de pessoas e formação de cidades.



Mapa 1 – Localização das cidades

Outro aspecto comum a esses locais é a valorização dos mitos do progresso e da modernização, manifestados na construção de *shoppings* e nas formas como os cidadãos percebem e consomem a própria cidade. A esse respeito, era comum ouvir em Boa Vista, no decorrer do ano de 2013, comentários satíricos de que o aeroporto era o *shopping* da cidade, único local onde era possível ver e utilizar uma escada rolante. O deus da modernidade também foi consagrado em Campo Grande, tanto com a estrada de ferro quanto com a construção do *shopping* Campo Grande. Sobre esses dois fatos, Moraes (1990) explica que a estrada de ferro era associada ao progresso e à modernidade, estimulando, inclusive, o aparecimento de poetas ferroviários, dentre os quais ele destaca o poeta Ribeiro Couto com o livro “Noroeste e outros poemas do Brasil”. Já sobre a construção do *shopping*, na década de 1990, basta dizer que ela narra o fato justamente no tópico intitulado “A modernidade bate à porta”.

A padronização da forma de consumo dos espaços e da cidade é observada também por conta da prática de uma dança de rua chamada *Freestep* ou “Passo livre”, presente nas cinco cidades. Segundo as pesquisas de Joca (2013), esse estilo de dança se difundiu no Brasil a partir de São Paulo e conquistou parte da juventude de Fortaleza

(CE) que, assim como ocorrem milhares de cidades no país, reproduz um padrão de comportamento relacionado a esse estilo. Ao digitar as palavras *freestep* mais o nome da cidade em qualquer *site* de vídeo, facilmente são encontradas filmagens⁷ com adolescentes trajados de tênis, bermuda ou calça apertada e bonés, portando celulares e pequenos aparelhos de som, ocupando praças e outros espaços de suas respectivas cidades para realizar a dança. Além disso, é possível observar que em tais locais também existem os grupos de *headbangers* que usam suas blusas pretas com nomes de bandas, bebem vinho e cerveja e escutam *rock and roll* em bares ou praças; assim como encontram-se skatistas, grafiteiros e pichadores.

Sobre essas situações, que se repetem em cidades de diferentes tamanhos de leste a oeste do país, Diógenes (1998) explica que se tratam de jovens que são signatários de uma estética global. Para essa pesquisadora,

[p]ode-se falar de uma estética mundial. Nas grandes cidades européias, norteamericanas ou do eixo-sul, observa-se um modo universal de vestir-se, da utilização de automóveis, eletrodomésticos, do consumo cultural, do uso da telefonia celular, redes de informatização e de mídia homogeneizando gostos e estetizando imagens. Habitantes de pontos diversos do planeta podem, perfeitamente, ao cruzarem, por exemplo, a 5ª Avenida em Nova York, sentirem-se identificados tanto na sua aparência física, como nas gestualidades. (Diogenes, 1998: 38)

Se, por um lado, há o processo de homogeneização nas cidades, por outro, a autora também destaca, no livro “Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop”, que há uma massa excluída que busca inserção e cidadania por meio do consumo. Com isso, queremos pontuar que o advento da

“modernidade” urbana não chega de maneira igual para todos os indivíduos, esbarrando assim na heterogeneidade das classes sociais (Oliven, 1980a). Na citação, a autora destaca o papel homogeneizante da mídia e das redes de informação, um aspecto tão presente e naturalizado que chegamos ao ponto de observar que todos os grupos de *freestep*, presentes nas cinco cidades pesquisadas, produzirem seus vídeos de dança e os veiculam na rede mundial de computadores por meio do *site* Youtube.

⁷<https://www.youtube.com/watch?v=kbp-XTE4E0w> Grupo Only Friends de Boa Vista.
<https://www.youtube.com/watch?v=7L3hJAtulSQ> Grupo Warrior of Peace de Campo Grande.
<https://www.youtube.com/watch?v=KFjpT6hqxJc> Grupo Black White Team do Amapá.
<https://www.youtube.com/watch?v=KARwQvcC6Nw> Grupo de Imperatriz.
<https://www.youtube.com/watch?v=ybzkfd-WeI> Grupo de Rorainópolis convidando para o 2º FestFusion ocorrido no dia 25 de maio de 2013.

Na cidade de Rorainópolis (RR), localizada a 488 km ao Norte de Manaus (AM) e a 297Km ao Sul de Boa Vista (RR), pudemos notar, em muitas casas, a presença de diversos tipos de antenas (Imagem1) para transmissões televisivas e de sinais de Internet. Esses artefatos apontam a existência do consumo de informações em diferentes momentos da cidade, já que existem desde antenas parabólicas, até antenas de TV por assinatura e de Internet via rádio, meios de comunicação que foram difundidos, respectivamente, nas décadas de 1980, 1990 e a partir de 2000 (Pereira, 2012).



Imagem 1- Antenas de Rorainópolis (RR). Fonte: Pereira (2012)

Esse fluxo de informações é um dos principais elementos que fundamentam a crítica de que as cidades poderiam ser hierarquizadas em termos de acesso à informação. A instantaneidade e a difusão de dados fazem com que o acesso não seja mais, hipoteticamente, considerado um elemento de distinção pelo uso da informação.

Nesse sentido, o jovem, em qualquer lugar que esteja, pode ter contato com um conjunto de informações e se integrar em uma “estética global”, de modo que é possível registrar (Imagem 2) fatos como o campeonato de Skate da Região Tocantina, ocorrido em Imperatriz, em abril de 2015.



Imagem 2 - Campeonato de Skate em Imperatriz. Fonte: Pereira (2014)

Pelo exposto, é possível notar que a observação de Ribeiro (1995:21) sobre o fato de que “as novas formas de comunicação de massa estão funcionando ativamente como difusoras e uniformizadoras de novas formas e estilos culturais” é bastante presente, ainda hoje, principalmente quando verificamos um conjunto de formas de apropriação do espaço urbano, de comportamento e de vestimentas.

Contudo, é necessário destacar também que, por meio de seus habitantes, não apenas dessa onda homogeneizante se faz a cidade. Existem também outros discursos sobre a cidade, versões urbanas que apontam outra visão de Brasil: um Brasil indígena, quilombola e camponês. Talvez uma versão que toque no clássico ponto, do pensamento social brasileiro, a respeito da identidade de nosso povo, ou aquela que nos fará pensar a nossa própria definição de urbano.

De todos os locais onde tivemos a oportunidade de morar, em nenhum observamos a presença indígena como em Boa Vista (RR), onde, apenas relacionando o tamanho da área urbana da cidade com os dados do IBGE, pudemos ter noção desse fato. Isso porque, segundo o instituto, a parte urbana desse município possuía 6.700 indígenas em 2010, distribuídos em uma área de cerca de 90 km². Esse dado possibilita inferir uma densidade de 70 índios por Km², significando assim a possibilidade de encontro com 1 índio a cada 15m², se eles estivessem equitativamente distribuídos em todos os bairros; porém sabemos

que as distinções e diferenças de classe, possivelmente, geram a sua invisibilidade em determinados espaços e os visibiliza em outros.

Quando residíamos no Bairro Aparecida, localizado ao lado do Centro da cidade, era possível observar, cotidianamente, a presença de índios transitando pelas ruas, supermercados, padarias e outros espaços do local. A presença indígena destacava-se não apenas por sempre andarem em dois ou três e utilizarem roupas bastante coloridas que faziam referência aos estilos do *surf*, do urbano e da prática de esportes radicais, mas também nos próprios nomes das ruas por onde transitavam. Nossa residência, por exemplo, se localizava na Rua Angaricó, que tinha como vizinhas as ruas Uapixana, Aruaque e Macuxi, as quais, ironicamente, eram ligadas à importante avenida comercial Ville Roy por meio da rua presidente Juscelino Kubitschke da avenida Santos Dumont – duas referências da modernidade brasileira.

Segundo Oliveira (2011), a presença indígena nessa cidade remonta ao seu próprio processo de formação, uma vez que a fazenda Boa Vista (que a originou) foi fundada, em 1830, sobre os territórios das malocas Makuxi, Wapichana e Paraviana. Essa informação explica bem o motivo de muitos índios Makuxis e Wapichanas transitarem e permanecerem na capital, local onde vendem os excedentes da produção e estabelecem relações de parentesco. (Melo, 2013)

Um importante trabalho sobre a presença indígena em Boa Vista pode ser observado no projeto “Kuwai Kîrî: experiência amazônica dos índios urbanos de Boa Vista-Roraima”, organizado pelo professor Reginaldo Gomes de Oliveira em colaboração com a Organização dos Indígenas da Cidade (ODIC). Essa pesquisa traz, por meio de relatos orais, a história de várias etnias que vivem nos bairros da capital. Em comum, todas as etnias são formadas por índios que sabem falar mais de uma língua (Macuxi, Waiwai, inglês, português, Wapichana, Patamona, etc.). Eles também apresentam como característica comum o fato de serem, em alguns casos, vítimas do alcoolismo e do consumo de drogas. Contudo, no geral, os bairros habitados pelos indígenas são locais que surgiram como ocupação e que depois foram “regularizados” pela prefeitura. Para os organizadores desse projeto,

[e]studar a nova trajetória histórica da construção da capital de Roraima é também mostrar um novo olhar histórico a partir dos indígenas, que sempre se deslocaram das malocas para visitar os parentes no Kuwai Kîrî, que hoje é Boa Vista. Não há registros

na historiografia regional e nacional sobre essa perspectiva indígena, pois foi desconsiderada a efetiva presença dos índios que frequentavam o Kuwai Kîrî, momento que antecede a chegada dos missionários e administradores da Coroa Portuguesa, quando aqui se instalaram no rio Branco, a partir do século XVII. (Oliveira e Souza, 2010:63)

Entre outras coisas, a citação apresenta-se como uma forte crítica a um discurso sobre a cidade que tenta ignorar as especificidades da História, tornando invisíveis importantes atores sociais ainda não escalados nos planos da “modernidade” urbana. Se para a perspectiva moderna (branca e européia), Boa Vista teria surgido sobre fazendas e suas concentrações populacionais, o projeto demonstra que a nomenclatura indígena Kuwai Kîrî é uma forma de visibilizar os povos indígenas na historiografia local. Trata-se de uma realidade nos instiga a pensar e problematizar uma ideia de urbano que seja descolada desse viés excludente, hierarquizador e voltado para as estéticas globais. Consideramos assim a ideia de urbano como resultado de conflitos de perspectivas e de relações de poder.

Sobre as questões da reivindicação indígena e da tensão com as práticas que tornam os índios invisíveis, é importante destacar que a cidade é também um espaço de luta por reconhecimento. Isso porque, desde 2012, os povos indígenas de Roraima têm se organizado na realização de um protesto conhecido como Marcha dos Povos Indígenas. Em 2012, ocupando todo o centro cívico para reivindicar e denunciar violações de direitos, dez organizações indígenas participaram desse evento: Conselho Indígena de Roraima (CIR); Conselho do Povo Indígena Ingarikó (COPING); Hutukara Associação Yanomami (HAY); Associação dos Povos Indígenas da Terra Indígena São Marcos (APITSM); Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIRR); Associação dos Povos Indígenas Wai-Wai (APIW); Associação do Povo Ye'kuana do Brasil (APYB); Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR); Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR); e Organização dos Índios na Cidade (ODIC).⁶

⁶ <http://www.global.org.br/blog/marcha-dos-povos-indigenas-de-roraima/> acessado em 29 de novembro de 2016, às 16h34.



Imagem 3 – II Marcha dos Povos Indígenas. Fonte: Pereira (2013)

No ano seguinte, pudemos observar diretamente a II Marcha Indígena (Imagem 3), quando diversas organizações indígenas estavam presentes para protestar contra: 1) a PEC 215, que retirava o poder da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Executivo no processo de demarcação de terras, transferindo para o Legislativo; 2) a instalação de hidroelétricas em uma reserva indígena; 3) as influências culturais geradas pela expansão das sedes dos municípios de Pacaraima e Uiramutã; 4) a exclusão de organizações indígenas das tomadas de decisão relacionadas ao Instituto Insikiran⁷; e 5) a reivindicação de saúde e de escolas indígenas. Além de expostas em cartazes, todas essas questões foram redigidas em uma carta⁸ protocolada no Ministério Público Federal, na Secretaria Especial de Saúde Indígena, na Controladoria Geral da União e em outros órgãos de interesse.

Após todos os pontos de reivindicação e protestos, foi registrada a seguinte mensagem: “O Estado de Roraima deve aprender a trabalhar com a realidade local,

⁷ Segundo Freitas e Torres (2016), trata-se de um instituto de formação indígena, institucionalizado pela Resolução nº 009/2009-CUNI, voltado para a formação profissional indígena, por meio de ações dialogadas entre professores da UFRR, lideranças, comunidades e organizações indígenas de Roraima e a sociedade em geral. Eles explicam que o termo Insikiran faz referência à mitologia dos povos indígenas que habitam o Monte Roraima e à própria cosmologia de formação dos povos dessa região. Para mais informações, acessar: http://ufr.br/insikiran/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=18&Itemid=102

⁸ Acessível no site: <http://www.cir.org.br/index.php/component/k2/item/265-dia-internacional-dos-povos-ind%C3%ADgenas-movimento-ind%C3%ADgena-em-roraima-realiza-ii-marcha-para-reafirmar-direitos-ind%C3%ADgenas-e-cobrar-cumprimento-do-estado-brasileiro>

adequar o plano de desenvolvimento a partir dos direitos indígenas e ter nova relação de diálogo e respeito”⁹, que nos possibilita trazer para o campo acadêmico a necessidade de refletir sobre nossos pensamentos e teorias, a partir da “realidade local”. É nesse sentido que acreditamos que buscar olhares plurais para o urbano possa ser uma saída epistemológica para retirar uma venda ideológica que assola nossa forma de enxergar nossas cidades.

Tais mobilizações são importantes na medida em que apontam para uma reflexão sobre o “lugar” do índio na reserva natural ou na cidade, ressaltando também uma tensão entre tendências de homogeneização patrocinadas pela lógica do capital e a heterogeneidade. Sobre isso, convém destacar o estudo de Escobar (2005) que, embora não se detenha especificamente no contexto urbano, nota que, no discurso de globalização, há uma associação direta das noções de espaço, lugar e história com a narrativa do capital, constituindo o que o autor chama de *capitalcentrismo*. Nessa lógica, o “lugar” perde o significado subjetivo, cultural, passando a ser substituído por noções que pressupõem padronização e homogeneização (espaço, capital e modernidade).

Escobar (2007) chama atenção para uma mobilização de mulheres ocorrida na Colômbia, na região do Valle Del Rio Cauca. Naquela ocasião, as mulheres resistiam à estratégia de desenvolvimento rural proposta pelo governo, que era baseada na monocultura e na produção para o mercado. As camponesas preferiam continuar suas práticas locais que incluíam um padrão mais sistêmico de cultivo, baseado na combinação de cultivos comerciais e de subsistência. Em perspectiva similar, Anibal Quijano (2006) aponta o poder do movimento indígena equatoriano que, sendo considerado um dos principais agentes e representantes político e cultural da população daquele país, já chegou a conduzir o movimento popular responsável pelo bloqueio da aprovação do tratado de livre comércio entre o Equador e os Estados Unidos da América e pelo cancelamento do contrato da OXY para extração de petróleo em terras equatorianas. No âmbito estatal, tal movimento indígena é um dos principais responsáveis por fomentar o debate em torno de

⁹ Acessível no site: <http://www.cir.org.br/index.php/component/k2/item/265-dia-internacional-dos-povosind%C3%ADgenas-movimento-ind%C3%ADgena-em-roraima-realiza-ii-marcha-para-reafirmar-direitosind%C3%ADgenas-e-cobrar-cumprimento-do-estado-brasileiro>

temas como a interculturalidade e a internacionalidade do Estado e de suas formas de representação e de organização institucional.

Nas cidades de Imperatriz (MA), Campo Grande (MS) e Macapá (AP), ocorrem processos semelhantes, nos quais o componente indígena da formação urbana passa, de modo geral, “despercebido”. Em Imperatriz (MA), embora o IBGE (2010) aponte a existência de 501 indígenas no município, dos quais 487 vivem na área urbana, esses importantes atores sociais são praticamente invisíveis nas narrativas sobre o processo de formação da cidade, que têm priorizado a história dos grandes ciclos econômicos e do desenvolvimento que emergiu a partir da construção da BR-010, conhecida como Belém-Brasília.

A situação de exclusão dos índios maranhenses é similar a alguns casos encontrados em Boa Vista, quando verificadas as condições de vida desse povo na cidade, pois, segundo os estudos de Marinho (2014) e diálogos realizados com funcionários da FUNAI¹⁰ existem famílias Guajajara vivendo em Imperatriz, em habitações precárias, no bairro Parque Amazonas. Esses indígenas sobrevivem por meio da venda de artesanato e do Programa Bolsa Família. Por meio dessa pesquisa, foi possível ter acesso à Imagem 4, na qual pode-se observar a casa de uma das famílias estudadas pela pesquisadora.



Imagem 4 – Casa de índios urbanos
Fonte: Marinho (2014)



Imagem 5 – Bairro nobre de Imperatriz (MA)
Fonte: Pereira (2016)

Além de registrar um contraste socioeconômico gigantesco no espaço da mesma cidade, as Imagens 4 e 5 representam bem o que deve e o que não deve ser visto quando

¹⁰ Observamos que não há um consenso, entre os funcionários, sobre o papel da Instituição em relação aos índios urbanos, pois alguns defendem que a área de atuação do órgão deve se limitar às aldeias fora da cidade.

se trata de narrar a cidade como canalizadora do progresso e da modernidade. De fato, se há uma hierarquização em relação aos termos nativos repetidos ao longo de séculos, essa hierarquização também é transportada para os territórios da cidade, justificando o que é ser moderno ou atrasado.

No momento da produção da Imagem 5, foi possível ver e ouvir também um conjunto de crianças felizes, brincando na piscina do conjunto onde fizemos a fotografia. Essa situação, em relação à Imagem 4, é um indicativo bastante claro da posição que a criança encostada na escada (Imagem 4) irá ocupar na sociedade imperatrizense (MA), pois, se por um lado há um conjunto de ideologias em torno do urbano moderno; por outro, de fato, há um abismo em termo das aquisições dos capitais cultural, social e político.

Atualmente, o município de Campo Grande (MS) possui cinco aldeias urbanas – Marçal de Souza, Darcy Ribeiro, Água Bonita, Tarsila do Amaral e Indubrasil – e 5.657 mil índios (IBGE, 2010), os quais podem ser observados nesses locais e também no Centro da cidade, onde desenvolvem a venda de ervas, raízes e artesanato. Dessas cinco aldeias, tivemos a oportunidade de visitar a Aldeia Marçal de Souza, cujo nome, segundo Sales (2013), foi dado em homenagem ao líder indígena Marçal Tupã Y¹¹, assassinado em 1983. Segundo diálogo que travamos com uma senhora, que na ocasião nos alertou para ter cuidado com a câmera, a aldeia surgiu primeiramente como uma ocupação indígena que depois foi regularizada pela prefeitura. Ela informou ainda que ela era da cidade de Dourados, localizada a 228Km da capital do estado, e que tinha uma residência no local para servir de suporte para os filhos que estudavam Enfermagem em Campo Grande. Segundo Banducci e Urquiza (2012), a área foi regularizada na década de 1990 com o nome de Loteamento Social Marçal de Souza.

Eles explicam o seguinte:

O espaço transformou-se em loteamento habitacional graças à ação de um grupo de famílias, sobretudo Terena, que, na madrugada do dia 9 de julho de 1995, ocupou o lote “Desbarrancado”, pertencente à FUNAI, obrigando, mais tarde, o poder público a tomar medidas em favor das demandas indígenas. No local, a FUNAI deveria ter

¹¹ Sales (2013) observou, em um documento do Conselho Indigenista, um discurso proferido para as comunidades de Campo Grande, no qual Marçal de Souza explicou o próprio engajamento devido ao contato com o antropólogo Darcy Ribeiro, que em 1940 desenvolvia pesquisas naquela região.

construído um hospital para atender os índios do estado, o qual nunca passou de uma intenção. (Banducci e Urquiza, 2012:8)

Localizadas no bairro Tiradentes, é possível observar que algumas ruas do conjunto fazem menção a etnias e nomes da cultura indígena, como por exemplo: rua da Serra, rua Galdino Pataxó, rua Terena e rua Xavante. Uma ironia histórica é que um dos caminhos de entrada e saída dessa área é a avenida Marques de Pombal, que faz homenagem ao “déspota” esclarecido que autorizou a escravização dos índios catequizados. As habitações são simples e trazem o telhado como único traço indígena (Imagem 6). Além disso, a área também é conhecida pelo Memorial da Cultura Indígena que é considerado umas das atrações turísticas da cidade e também serve como escola de nível fundamental. Observamos ainda uma pequena oficina de bicicletas, uma igreja pentecostal, grafitegens e pichações no local.



Imagem 6 - Aldeia Marçal de Souza. Fonte: Pereira (2016)

O cenário do bairro (Imagem 6) é, em poucos metros, contrastada com uma paisagem composta por um conjunto residencial cheio de detalhes nos muros e nas jardinagens. Caminhando por essa outra realidade, observamos cinco adolescentes indígenas usando uniformes de escola pública localizada no bairro próximo e um jovem índio com uniforme azul de uma grande loja de materiais de construções, localizada na avenida Ministro João Arinos. São indígenas jovens que transitam por realidades distintas, separadas por poucos metros, e buscam alguma forma de inserção em uma estética global. (Diogenes, 1998)



Imagem 7 – Frame do documentário “Do Bugre ao Terena”. Fonte: Espíndola e Navarro (2011)¹²

A Imagem 7, extraída do documentário etnográfico “Do Bugre ao Terena”, aponta jovens indígenas consumindo um estilo de vida difundido nos espaços das escolas públicas de Ensino Médio (não indígena), Internet e televisão, o que, para os mais velhos, significa uma forma de ir esquecendo a própria cultura. Ancorado na linguagem visual, esse documentário expõe vários casos de inserção indígena na capital do Mato Grosso do Sul, enfatizando os preconceitos e as dificuldades enfrentadas por esses povos no cotidiano dessa cidade. Assim, Campo Grande parece ser um verdadeiro

“laboratório social” para a compreensão das relações de distinção e fricções e para problematizar também esse “urbano”, que se tenciona e hierarquiza nossos primeiros povos. Desse modo, não foi à toa que a presença dos Terena em Campo Grande também foi objeto de pesquisa para o trabalho pioneiro de Roberto Cardoso de Oliveira (1968).

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ctRicNW-vxc&t=548s>



Imagem 8 –XiuhkaApalai e familiares cavando um poço. Fonte: Andre Marcos (2016) ¹³

Em Macapá, não é diferente. A partir de observação realizada no *site* de notícias Sales Nafes, tivemos contato com a reportagem “Índios erguem maloca e barracos na Norte/Sul”.¹⁴ Em declaração transcrita nesse texto, o líder Xiuhka Apalai explica que ele e mais vinte famílias da etnia Apalai, do Norte do Pará, se deslocaram para o local, buscando melhores condições de vida, especialmente de educação. Tal como ocorrem Boa Vista, Imperatriz e outros locais, eles vivem de pequenos bicos: limpando terrenos, construindo e executado outros trabalhos braçais. A Imagem 7 representa bem, de modo geral, a situação dos índios urbanos no Brasil. Nela, observamos quatro faces de diferentes idades, que apontam para a reprodução de uma perspectiva excludente em diferentes gerações. Além desses casos em que os índios conservam fortemente a língua e características sociais que apontam uma dificuldade de inclusão no modelo de cidade moderna, os sinais indígenas também pode ser observados nos fenótipos de transeuntes do centro da cidade, jovens, universitários.

Já na cidade de Rorainópolis, apesar de ser localizada praticamente no meio da floresta Amazônica, entre as capitais Boa Vista e Manaus, não pudemos observar a presença indígena ao longo dos seis meses em que moramos naquele local. Quando perguntamos para alunos ou pessoas que vivem há mais tempo na cidade, eles também não

¹³ Disponível na reportagem.

¹⁴ <http://selesnafes.com/2016/02/indios-erguem-maloca-e-barracos-na-nortesul/>

se recordam da presença indígena no local. Uma verificação nos dados do IBGE (2010) revelou que, dos 538 indígenas do município de Rorainópolis, apenas 18 foram encontrados na área urbana, ou seja, uma parcela ínfima se comparada ao total. Esse fato pode ser explicado pela existência de reservas indígenas, no Sul do estado, que possuem uma característica de isolamento maior. Um exemplo disso é a reserva dos Waimiri-Atroari.¹⁵

Nas capitais, a concentração indígena nas cidades é um dado inquestionável. Em Macapá, por exemplo, dos 723 índios contabilizados no município, 718 vivem na cidade. Já em Campo Grande, dos 5.898 do município, 5.657 vivem na área urbana. Em Boa Vista, dos 8.550 índios da cidade, 6.072 habitam a sede do município (IBGE, 2010). Diante disso, parafraseamos o intelectual Guerreiro Ramos (1981), importante crítico da ideologia da branquira e defensor do desenvolvimento de uma Sociologia e de uma Antropologia científicas no Brasil, e colocamos a seguinte questão: Se quantitativos de indígenas por municípios são quase totalmente urbanos, o que faz desse componente cultural e étnico algo estranho para a cidade? O que faz com que, em um país fortemente marcado pela presença do índio, ele seja considerado um problema ou algo exterior às cidades?

Conclusão

Para este breve estudo, que busca analisar outras formas de observar a cidade e de refletir sobre um conjunto de termos nativos, chama-nos a atenção o fato de que o índio permanece invisível, mesmo quando os elementos culturais desses povos se fazem presentes em vários espaços urbanos e também na história desses locais. Mas como explica-se essa realidade na qual um cidadão nascido e criado em Campo Grande, Boa Vista ou Macapá não consiga notar ou observar etnias tão presentes nesses locais, caracterizados por possuírem grandes contingentes indígenas? Se os índios, como apontam

¹⁵ Observando aquele contexto, é quase impossível não associar essa quase ausência de índios na cidade em função da característica madeireira do local, onde era comum observar caminhões velhos e sem placas carregando toras gigantescas de árvores centenárias. Eram situações em que o sentimento de medo foi o principal entrave para a utilização da máquina fotográfica. Creemos que o fato de as capitais concentrarem as organizações de defesa dos direitos indígenas e os órgãos públicos de promoção, defesa e fiscalização dos direitos, isso possibilite uma maior concentração indígena nas capitais. Já que a ausência destes, a distância e a dificuldade de comunicação de algumas cidades, na Região Amazônica, podem possibilitar um contexto de maior vulnerabilidade para essas populações. Pensamento semelhante constrói-se em relação à cidade de Imperatriz (MA), localizada na região do Bico do Papagaio, local que historicamente é marcado por conflitos latifundiários violentíssimos.

os dados do IBGE e as observações aqui postas constituem um elemento cada vez mais presente na cidade, de onde emerge um discurso que coloca como problema ou como estranho alguém que sempre fez parte do processo urbano?

Creemos que o papel problematizador da epistemologia e a necessidade de refletir sobre uma ideia de urbano que incorpore as especificidades culturais de cada sociedade e de todos os elementos que a compõem são extremamente necessários nesses contextos em que a capacidade de enxergar o “outro” foi obscurecida por conjuntos de ideologias. Assim, é fundamental compreender como são estruturadas essas situações hierarquizantes, naturalizadas e pedagogicamente reproduzidas no cotidiano dos habitantes da cidade. Acreditamos que, assim como em todos os artefatos culturais, é possível pensar a cidade também como manifestação e construção social de um povo.

De certa forma, apesar dos avanços e dos esforços de nossos estudos urbanos, é importante não perder de vista a capacidade de realizar uma psicanálise do pensamento científico e colocar em suspenso as nossas próprias reflexões, influências, pertencimentos e valores. Por esse motivo, mesmo com algumas limitações, buscamos demonstrar que é necessário descolonizar a noção de urbano e buscar outras alternativas que expressem as pluralidades de nossas sociedades e de nossa História. Nesse sentido, as imagens e os discursos parecem delinear uma ideia de cidade que aparentemente se apresenta totalmente “fora do lugar”, pois é orientada de forma preponderante pelas “estéticas globais”, focadas na homogeneização da cultura e na padronização das formas de consumo na e da cidade.

Com forte tendência hierarquizadora, tais processos, ao resumirem o ideal de moderno à prática do consumo padronizado, ignoram outras formas de consumo e percepções sobre a cidade, gerando assim o risco de pensar a inclusão do “outro” apenas pelo viés padronizado. Portanto, além de refletir sobre as políticas de inclusão indígena em termos do consumo da cidade, é importante também relativizar e problematizar esse consumo em relação a uma ideologia que hierarquiza os índios e qualquer outro segmento que não seja pensado nos termos da cidade industrial. Há um confronto direto de percepções que fica obscurecido, quando se defende imperativamente a aceitação por meio da necessidade de valores e atitudes da modernidade. A padronização do comportamento

dos jovens, em todos os locais e de todas as etnias, nada mais é do que a expressão clara de um conflito cultural que só beneficia a produção de mercadorias em massa.

Na simples observação dos principais nomes de ruas, praças e avenidas é notório o culto à modernidade, algo que não está desvinculado de nossas narrativas acadêmicas, nem mesmo da imagem que projetamos a respeito do urbano. Dessa maneira, mais do que problematizar as formas de consumo na e da cidade, é necessário também refletir sobre a cidade que queremos: uma cidade que traga o bem-estar das águas, das sombras e da umidade das árvores ou uma gigante estrutura de concreto onde todos esses benefícios naturais são privatizados em ambientes exclusivos, com condicionadores de ar e piscinas particulares, vendidos em nome da modernidade e do progresso?

Se a cidade industrial que existiu separada do Brasil por uma distância atlântica tem tanta força na forma de pensar e agir, porque não compreender também nossas cidades como incorporadoras de elementos da “grande maloca”, como espaço social e de expressão do que somos? Desde os comentários sobre as distâncias e amodernização do senso comum até a escrita consagrada da academia, notamos que existem resquícios de um etnocentrismo que dificulta a percepção da alteridade e reforça uma lógica *capitalcentrista* de urbano.

Então, para o desenvolvimento do viés descolonizado, apontamos, como primeira saída, o rompimento com os modelos binários e a busca por uma orientação plural, ancorada nas diferentes experiências, etnias, histórias e sentidos que compõem o urbano; e, em um segundo momento, posterior a isso, a adoção da valorização de uma perspectiva interdisciplinar e da atitude de vigilância epistemológica.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2002. [Versão para *e-book*]

BACHELARD, A casa: do porão ao sótão. O sentido da cabana. In: *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2005

BANDUCCI JUNIOR, A.; URQUIZA, A.H.A. Povos indígenas e o turismo em Mato Grosso do Sul: descaso e improvisado. *Cadernos do LEME*, v. 4, p. 1-22, 2012.

BARRETO, Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo. Editora Martin Claret, 2009.

- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.
- CANDIDO, Antonio. *Sociologia no Brasil*. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 1, 2006.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Urbanização e Tribalismo: a Integração dos Terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2005.
- COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga*. [Título original: La Cité Antique]. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, A. L. C. *Etnografia de rua: estudo de Antropologia urbana*. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2001. 25 f. (Iluminuras, n.44)
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. *Antropologia da e na cidade: interpretações sobre as formas da vida urbana*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013. 296 p.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. 1986. 563p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade de Campinas, Campinas: 1986.
- MARINHO, Maria Perpétuo Socorro Oliveira. *Índios Guajajara: da aldeia para a cidade*. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2014.
- FREHSE, Fraya. *Ô da rua!: o transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, 2004.
- FRANKLIN, Adalberto. *Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz*. Imperatriz, MA: Ética, 2008.
- _____. *Breve História de Imperatriz*. Imperatriz, MA: Ética, 2005.

JOCA, Alexandre Martins. *Levados por Anjos: Modos de vida e sexualidades juvenis*. 353p. Tese. (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

LOPES, Juarez Brandão. Juarez Brandão Lopes. In: BASTOS, Élide Rugai *et. al. Conversas com Sociólogos*. São Paulo, Editora 34, 2006, p.95-114.

LOPES, José Sergio Leite; PESSANHA, Elina; RAMALHO, José Ricardo. *Esboço de uma história social da primeira geração de sociólogos do trabalho e dos trabalhadores no Brasil*. Educação & Sociedade (Impresso), v. 33, p. 115-129, 2012.

MAGALHAES, Marcos Pereira. *Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. Belém, v. 1, n. 3, p. 33-59, Dec. 2006.

MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na sociologia. In: *Uma Sociologia da Vida Cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. "José de Souza Martins". In: BASTOS, Élide Rugai *et. al. Conversas com Sociólogos*. São Paulo, Editora 34, 2006, pp. 135-160.

MARINHO, Maria Perpétuo Socorro Oliveira. *Índios Guajajara: da aldeia para a cidade*. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2014.

MENDOZA, Edgar S.G. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). *Sociologias*, Porto Alegre, n.14, Dec. 2005.

MELO, L. M. A formação sociocultural de Boa Vista - Roraima e os povos Macuxi e Wapichana da cidade: processos históricos e sentidos de pertencimento. *Textos e Debates* - Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima, v. 1, p. 37-56, 2015.

MORAES, Luiza Elizabeth Prado de. *Fragmentos Econômicos e Culturais Sul-MatoGrossense*. Campo Grande, Associação de Novos Escritores de Mato Grosso do Sul, 1990.

NOLETO, Agostinho. Imperatriz: desenvolvimento urbano. In: *Imperatriz: 160 anos*. Academia Imperatrizense de Letras. Imperatriz, MA AIL, 2012.

OLIVEIRA, Reginaldo G; SOUZA, Eliandro Pedro. Organização dos indígenas da Cidade (ODIC) In: *Projeto KuwaiKîrî: a experiência amazônica dos índios urbanos de Boa Vista-Roraima*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.

OLIVEIRA, Reginaldo G. A Questão Urbana e o Indígena. In: *V Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2011, São Luís - Maranhão. Mesa Temática Políticas Públicas e as Questões da Cultura, da Identidade e da Cidade. São Luís - Maranhão: UFMA, 2011.

OLIVEN, Ruben George. "Por uma Antropologia das cidades brasileiras". In: VELHO, Gilberto (org.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus ed., 1980a. pp. 23-36.

- _____. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1980.
- _____. *A antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis: Vozes, 2007. pp. 29-64.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- PIERSON, Donald (org.). *Estudos de Ecologia Humana*. Tomo I: Leituras de Sociologia e Antropologia Social. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1948, pp. 21-37.
- PIERSON, Donald (org.). *Estudos de Organização Social*. Tomo II: *Leituras de Sociologia e Antropologia Social*. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1949, pp. 109- 136.
- PEREIRA, J M. *Lógicas Imagéticas de uma Sociedade interiorana: usos da fotografia e narrativa visual no Brasil setentrional*. Iluminuras (Porto Alegre), v. 13, p. 157-176, 2012.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do Negro na Sociologia Brasileira. Transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo*, 2 (2): 189-220, jan./jun. 1954. Republicado em Simon Schwartzman, editor, *O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília, Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981, pp. 3969. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/negritude.htm#brancura>
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SALES, Orlando Silva. Marçal de Souza: um índio militante marcado para morrer. In: VI Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História PUC-GO/UFG, 2013, Goiânia.
- SILVA, Paulo Rogério de Freitas. Boa Vista: gênese espontânea e gênese induzida. *Acta Geográfica* (UFRR), v. V3 N5, p. 63-71, 2009.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- VALLADARES, Licia do Prado. A visita do Robert Park ao Brasil, o “homem marginal” e a Bahia como laboratório. *Cad. CRH* [online]. 2010, vol.23, n.58 [cited 2016-01-25], pp. 35-49.
- QUIJANO, Aníbal. Estado-nación y movimientos indígenas en la región Andina: cuestiones abiertas. OSAL, *Observatório Social de América Latina* (año VI no. 19 eneabr 2006) En: Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor 2006.